Seminário Regional

Relatório de Diagnósticos Regional

Região Centro-Oeste

(versão preliminar sem revisão)

Ministério da Educação (MEC)
Secretaria de Educação Básica (SEB)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

Relatório de Diagnósticos Regional

Região Centro-Oeste

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS AS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

Diretor do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino
Horácio Francisco dos Reis Filho

Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais
Oroslinda Maria Taranto Goulart

Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino
Arlindo Cavalcanti de Queiroz

Coordenação-Geral de Sistema Integrado de Informações Educacionais
Carlos Eduardo Moreno Sampaio

Coordenação Técnica de Programa de Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Municipais Decenais Correspondentes
Clodoaldo José de Almeida Souza

Elaboração Técnica do Documento
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR
Coordenadores da Pesquisa
Eduardo L. G. Rios-Neto
Juliana de Lucena Ruas Riani

Equipe de Apoio/CEDEPLAR
Adriana de Miranda Ribeiro
Cézar Augusto Cerqueira
Vânia Cristina Liberato

Capa, Projeto Gráfico e Ilustração
Maurício Rodrigues de Araújo

Apoio Técnico da CAFISE
Jorge Paz Menacho Junior
Hilda Andressa Senna da Costa

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco L - 5º andar 514 - Brasília-DF CEP:70.0479000
Telefone: (61) 2104-9284/2104-8562 – Fax: (61) 2104-8337
Página do MEC: www.mec.gov.br - Endereço eletrônico: pme@mec.gov.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

VOLUME 1

Sumário Executivo

1 SUMÁRIO EXECUTIVO 12
1.1 BRASIL 12
1.2 REGIÃO CENTRO-OESTE 18
1.2.1 ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL 20
1.2.2 ESTADO DO MATO GROSSO 26
1.2.3 ESTADO DO GOIÁS 31
1.2.4 DISTRITO FEDERAL 37

VOLUME 2

Tipologias regionais dos estabelecimentos escolares brasileiros: a Região Centro-Oeste.

1 INTRODUÇÃO 45
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS 45
2.1 VARIÁVEIS UTILIZADAS 45
2.2 DELINEAMENTO DOS PERFIS EXTREMOS 46
2.3 O MÉTODO GOM: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS 47
2.4 OS PERFIS EXTREMOS 49
2.5 OS PERFIS MISTOS 49

3 RESULTADOS 50

3.1 REGIÃO CENTRO-OESTE: PERFIS EXTREMOS 50
3.2 DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS PERFIS ESCOLARES 52

3.3 OS PERFIS E A INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL: ESTABELECIMENTOS ESCOLARES 55
3.4 OS PERFIS E A INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL: MATRÍCULAS 57
3.5 PERFIS DE EFICÁCIA ESCOLAR 59
4 PADRÕES MÍNIMOS SUGERIDOS DE INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR 62
5 CONCLUSÃO 65
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 66

VOLUME 3

Projeção Demográfica; Projeção de Matrículas, Taxas de Atendimento e Taxas de Transição; Indicadores do Censo Escolar

PARTE I – PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA 74
1 INTRODUÇÃO 75
2 OBJETIVOS 76
3 METODOLOGIA 76
4 ESTIMATIVAS PARA OS MUNICÍPIOS 78
5 RESULTADOS 79

PARTE II – PROJEÇÃO DE MATRÍCULAS, TAXA DE ATENDIMENTO E TAXAS DE TRANSIÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL 88
EDUCAÇÃO INFANTIL
1 TAXA DE ATENDIMENTO ESCOLAR 89
1.1 PROJEÇÃO DAS TAXAS DE ATENDIMENTO 92
1.2 RESULTADOS 92
1.3 PROJEÇÃO DE MATRÍCULAS 95
ENSINO FUNDAMENTAL
1 FLUXO ESCOLAR E MATRÍCULAS 98
1.1 EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE FLUXO ESCOLAR 98
1.2 TAXA DE PROMOÇÃO 98

1.3 TAXA DE REPETÊNCIA 100
1.4 TAXA DE EVASÃO..... 102
1.5 PROJEÇÃO DAS TAXAS DE FLUXO DE MATRÍCULA 104
1.6 PROJEÇÃO DAS TAXAS DE FLUXO 104
1.7 PROJEÇÃO DAS MATRÍCULAS 110
2 TAXA DE DISTORÇÃO/SÉRIE..... 111
2.1 EVOLUÇÃO DA TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE 111
2.2 PROJEÇÃO DA TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE 115
3 TAXA DE ATENDIMENTO E TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA E BRUTA.....117
3.1 TAXA DE ATENDIMENTO..... 117
3.2 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA 117
3.3 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA..... 118
ENSINO MÉDIO
1 FLUXO ESCOLAR E MATRÍCULA 121
1.1 EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE FLUXO ESCOLAR 121
1.2 TAXA DE PROMOÇÃO 121
1.3 TAXA DE REPETÊNCIA 123
1.4 TAXA DE EVASÃO..... 125
1.5 PROJEÇÃO DAS TAXAS DE FLUXOS E MATRÍCULAS 127
1.6 PROJEÇÃO DAS TAXAS DE FLUXOS..... 127
1.7 PROJEÇÃO DAS MATRÍCULAS 132
2 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA..... 135
2.1 PROJEÇÃO DAS TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA 138
2.2 RESULTADOS 138
2.3 PROJEÇÃO DE MATRÍCULAS..... 139
EDUCAÇÃO SUPERIOR
1 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA..... 141
1.1 PROJEÇÃO DAS TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA 143
1.2 RESULTADOS.....143
1.3 PROJEÇÃO DE MATRÍCULAS..... 144

PARTE III – INDICADORES DO CENSO ESCOLAR 146
1 EDUCAÇÃO INFANTIL 147
1.1 MATRÍCULAS EM CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO 163
1.2 FORMAÇÃO DOS DOCENTES 166
1.3 INFRA-ESTRUTURA DAS ESCOLAS 174
1.4 MERENDA ESCOLAR 190
1.5 COMENTÁRIOS 195
2 ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR 197
2.1 COMENTÁRIOS 244
3 ENSINO MÉDIO 246
3.1 MATRÍCULAS NO TURNO NOTURNO 253
3.2 FORMAÇÃO DOS DOCENTES 261
3.3 INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR 264
3.4 NÚMERO MÉDIO DE HORAS AULAS DIÁRIA E O NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS POR TURMA 280
3.5 COMENTÁRIOS 282
4 EDUCAÇÃO SUPERIOR 283
5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 296
6 EDUCAÇÃO ESPECIAL 318
7 EDUCAÇÃO INDÍGENA 328

APRESENTAÇÃO

A Lei nº 10.172, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), no art. 2º determina " que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar seus Planos Decenais correspondentes". O art 3º define também, a necessidade de um processo de "avaliação periódica da implementação do PNE".

O Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para o Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Estaduais e Municipais Correspondentes, lançado pelo **MEC/SEB** em dezembro de 2005, vem ao encontro das competências regimentais do Ministério da Educação explicitada no art.11, inciso III do Decreto nº 5.159, de 28/07/2004 que propõe: "estimular e apoiar os sistemas de ensino quanto à formulação e à avaliação coletiva de planos nacionais, estaduais e municipais de educação".

O Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino tem como objetivo prestar assistência técnica aos sistemas de ensino no processo de elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação dos seus planos e incentivar os poderes públicos e a sociedade civil, a buscarem formas de articulação institucionais com esta mesma finalidade.

Nessa perspectiva o MEC/SEB em conjunto com o INEP realizou ainda, em 2005, em parceria com o Conselho Nacional de Educação (CNE), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, o Colóquio Nacional ***"Mecanismo de Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Decenais Correspondentes",*** com o objetivo de:

- Apresentar aos dirigentes educacionais mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNE, desenvolvidos no âmbito da União e seus principais resultados.

- Buscar formas de articulação institucional, voltadas para o acompanhamento e avaliação do Plano Nacional e dos Planos Estaduais e Municipais correspondentes.

- Lançar documentos produzidos pela SEB para apoiar os municípios na elaboração do PME.

Como parte da iniciativa de apoio aos Sistemas de Ensino, foram desenvolvidos estudos do PNE para referenciar todo o processo avaliativo, conforme define a legislação em vigor. Esses estudos estão contidos em:

- Cinco relatórios regionais correspondentes a cada região geográfica brasileira, com dados demográficos de população e dados estatísticos do censo escolar elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente a cada Estado e Região;

- Elaboração de planilhas personalizadas por município, com dados estatísticos, indicadores demográficos e educacionais gravados em CD-rom, que serão enviados aos municípios, com o objetivo de subsidiar o trabalho de elaboração, revisão e ajustes dos Planos Municipais de Educação.

Os relatórios estão estruturados em 3 (três) volumes seqüênciais, cuja abordagem analisa no primeiro volume um quadro de situação das metas do **PNE** no contexto global para o Brasil, para a Região do Nordeste, e com rebatimento para cada estado da região, fazendo uma comparação entre o proposto e o alcançado na educação infantil, ensino fundamental, médio e superior e também na educação de jovens e adultos.

No segundo volume, o estudo concentra esforços na elaboração de tipologias regionais para os estabelecimentos escolares brasileiros, com base em indicadores de infra-estrutura, tamanhos e características funcionais das escolas. São construídos 3 (três) tipos de perfis com análise contextual para cada grupo.

O trabalho apresenta ainda um resumo para alguns indicadores selecionados sobre os padrões encontrados nos perfis de baixa e elevada infra-estrutura, delineada além de dados sobre os níveis encontrados em cada região e finalmente, uma proposta ou sugestão de padrões mínimos de infra-estrutura escolar, que se caracterizam como metas a serem atingidas.

O terceiro volume do documento aborda:

a) Um estudo sobre a projeção demográfica de todas as regiões brasileiras;

b) A projeção de matrícula, taxa de atendimento e taxas de transição;

c) Os indicativos do censo escolar e das taxas de rendimento. O trabalho está calcado em: tabelas e gráficos com comentários sobre o atendimento da educação infantil, ensino fundamental, médio e superior como também na educação de jovens e adultos para todos os estados da região nordeste.

Para os sistemas de ensino, os relatórios regionais com dados demográficos e dados estatísticos do censo escolar e as planilhas personalizadas por município constituem elementos incentivadores para que os dirigentes, gestores e técnicos dos sistemas de ensino possam elaborar, revisar e ajustar os planos estaduais e municipais de educação. O objetivo é que a disseminação dessa gama de informações, consolidadas nos instrumentos de apoio para os sistemas de ensino possam referenciar os debates avaliativos a serem realizados em 5 (cinco) seminários regionais e proporcione o surgimento de propostas de revisão do PNE e dos planos decenais correspondentes.

Secretaria de Educação Básica (SEB) **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**

VOLUME 1

SUMÁRIO EXECUTIVO

1 SUMÁRIO EXECUTIVO

Nessa seção será feito um resumo dos principais resultados encontrados no documento a seguir. O objetivo deste é servir de referencial para a elaboração, revisão e atualização do plano estadual de educação, no qual serão enfocadas as metas cujos dados disponíveis possibilitam a sua avaliação. Dessa forma, a análise será feita para o país como um todo, região e finalmente para cada estado, focalizando algumas metas de cada nível de ensino. Todos os dados e tabelas se encontram no arquivo completo que estará anexado.

1.1 BRASIL

Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de freqüentar a creche quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da analise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 11,7%. Em termos regionais, o Norte é o que possuía menor atendimento, seguido do Centro-Oeste, já a região Sul apresentou maior taxa.

Ressalta-se que no período de 1998 a 2003, a taxa de atendimento de 0 a 3 anos apresentou pequeno aumento. Apesar desse crescimento, o ritmo de inserção das crianças mais novas na escola deve ser mais intenso para se alcançar a meta. A projeção dessa taxa para o Brasil mostra que, mantido o crescimento histórico, a meta nos dois períodos não será alcançada, chegando em 2005 com 13,6% de atendimento e em 2010 com 17,5%. Cabe ressaltar que essa projeção não leva em conta possíveis avanços advindos do fato da criação do FUNDEB.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade a situação é mais tranqüila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário já era de 68,4%, acima, portanto da meta de 60% em 2005 estabelecida pelo PNE. Todas as regiões já possuíam em 2003 taxa acima da meta. A atenção se volta, portanto, para se alcançar os 80% de atendimento em 2010. A projeção dessa taxa mostra que o Brasil deverá chegar no final da década com 87,4% de atendimento para essa faixa etária, caso o ritmo de crescimento histórico seja mantido.

A análise do atendimento da população alvo da educação infantil, mostra a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade), a fim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 28.055. Na pré-escola são 94.741 estabelecimentos. Ressalta-se que nos dois casos, a maioria dos estabelecimentos é municipal, porém no caso das creches a participação do setor privado é

quase a metade, ou seja, de 48,6%. Tal fato é conseqüência da ineficiência do setor público em ofertar essa modalidade de ensino, abrindo brecha, portanto, para o setor privado.

Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que o primeiro é maior, ficando claro, portanto, que o número de creches não faz frente ao número de crianças de 0 a 3 anos existentes no país.

Como a educação infantil é de responsabilidade dos municípios, faz-se necessário um esforço conjunto entre a secretaria estadual e as secretarias municipais para a ampliação do número de creches.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Observa-se para esses grupos etários uma taxa de crescimento negativa até a última década. Dessa forma, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas no Brasil, provocaram e continua provocando uma diminuição em números absolutos das crianças, se constituindo, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para que as novas escolas já atendam a esse padrão. Para as escolas já existentes alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram o baixo percentual de pré-escolas com sanitário (34,6%) e com relação à energia elétrica, ainda existem 11,2% de estabelecimento de pré-escola que não a possuem.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que no Brasil o percentual de docente com nível superior lecionando em pré-escola apresentou significativo aumento durante o período de 1998 a 2003, chegando no último ano com 31,3%. Ao passo que na creche, o crescimento da porcentagem de professores com curso superior foi bastante pequeno, alcançando em 2003 um valor ainda baixo de 17,7%.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de capacitação dos professores que atuam nesse nível de ensino, principalmente nas creches, já que o percentual de professores que possui nível superior ainda é bem aquém da meta de 70% estabelecida pelo PNE.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que para a pré-escola o Brasil está longe de alcançar essa meta, pois o tempo médio de permanecia das crianças é de 4,4 horas. Já a creche, o tempo de permanência é bem maior – 7,8 horas. Dentre as regiões brasileiras, Nordeste é a que possui o menor tempo de permanência nas creches – 5,7 horas.

Em síntese pode-se dizer que o aumento progressivo da escola integral na pré-escola, aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores e melhor infra-estrutura se constitui no maior desafio da educação infantil para o Brasil.

Ensino fundamental

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. Com base nos dados do Censo Escolar de 1998 a 2003, pode-se dizer que as taxas de repetência por série no Brasil, ainda são elevadas. A sua evolução histórica mostra uma significativa queda da 1ª série e pequeno aumento nas restantes. Apesar da queda na 1ª série, o patamar ainda é alto, pois 28,9% dos alunos que cursaram essa série em 2003 não conseguiram progredir. Com relação à taxa de evasão, o Brasil possui taxas mais elevadas nas séries finais. Para se ter uma idéia, em 2003, 12,5% dos alunos que cursaram a 8ª série evadiram. O mais preocupante, entretanto, é a tendência de alta verificada no período de 1998 a 2003, principalmente nas séries mais elevadas.

Quando se projetam as taxas de acordo com a evolução histórica, percebe-se que o Brasil não conseguiria atingir a meta tanto para a repetência quanto para a evasão. A única exceção é a taxa de repetência da 1ª série que deverá reduzir os 50% em cinco anos

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir a repetência e evasão. No cerne dessas políticas encontra-se a melhoria da qualidade das escolas, políticas de ciclos, classes de aceleração de aprendizado e revisão dos critérios de avaliação dentro de sala de aula, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente, já que é a que possui maior probabilidade de sair da escola.

A melhora da repetência e evasão também está relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Assim, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino.

De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino no Brasil ainda está aquém do desejável. Em 2003, apenas 57,4% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 30,9% escolas com laboratório de informática, 19,9% com laboratório de ciências, 54,7% com quadras de esportes e 33,1% com Internet.

Com relação à qualificação dos docentes, apesar do Brasil ter apresentado um aumento de professores com curso superior, seu percentual em 2003 ainda era baixo (56,8%). Destaca-se o diferencial existente entre as séries iniciais e finais. Nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 36,1% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª série esse percentual era de 77,1%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1 - os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 97,2%. Dessa forma, pode se dizer que essa meta já está praticamente garantida,

porém, é necessária uma avaliação estadual e municipal para detectar possíveis desigualdades.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 93,8% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando o ensino infantil. Em 2003 das pessoas de 7 anos que freqüentavam a escola, 14,88% estavam na educação infantil. Como o ensino infantil não possui reprovação, pode supor que esse percentual é devido à entrada tardia no sistema de ensino, o que sugere a necessidade de incentivos para a entrada na idade correta ao sistema de ensino.

Outro fato que merece destaque é com relação ao desempenho dos alunos em sistemas de avaliação como o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico) que reflete o lado qualitativo do ensino. De acordo com os dados do SAEB, pode-se dizer que o Brasil continua praticamente estável, pois no período de 1999 a 2003 as notas praticamente não alteraram, ocorrendo inclusive queda entre 1999 e 2001, porém pequeno aumento entre 2001 e 2003. É importante destacar o melhor desempenho dos alunos de escolas particulares, o que coloca a necessidade da melhora do ensino nas escolas públicas. Essa trajetória foi verificada tanto para matemática quanto para português.

Ensino Médio

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica da taxa de repetência no Brasil durante o período de 1998 a 2003 mostra uma quase estagnação, com pequeno aumento no final do período para as três séries. Com relação à evasão, também ocorreu pouca alteração durante o período, com pequeno aumento nas duas primeiras séries. Ressalta-se que tanto a repetência quanto a evasão apresentam maiores valores nas primeiras séries.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas mostram que o Brasil não conseguirá atingir a meta de redução dessas taxas, com exceção para a repetência e evasão da 3ª série. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaborar políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada à diminuição da repetência. Deve-se pensar, portanto, em políticas de ciclo também para o ensino médio.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total de 15 a 17 anos. Observa-se que em 2003, 43,1% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio. Como a taxa de atendimento desse grupo etário era de 82,4% nesse mesmo ano, pode-se perceber que grande parte desses jovens estava retida no fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos.

A projeção da taxa de escolarização líquida mostra que mantida a tendência histórica, o Brasil conseguiria atingir a meta em 2005, porém não atingirá em 2010, chegando a apenas 65,7%. Apesar da meta ser alcançada em 2005, ressalta-se que muitos estados não conseguirão, conforme poderá ser visto no restante do relatório.

Para que o Brasil possa ofertar o ensino médio para 100% da demanda até 2010, é necessária a elaboração de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que os jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliada a políticas que retenha esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental. Porém, ainda há espaço para melhorar a infra-estrutura das escolas brasileiras de nível médio, pois, o percentual de alunos atendidos em escolas com bibliotecas era de 85,2%; em escolas com laboratório de informática, 61,3%; com laboratório de ciências, 50,6%; com quadras de esporte, 81,8% e com Internet, 57,4%.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, verificou-se aumento chegando em 2003 com 90,2% dos docentes com curso superior. Apesar desse alto percentual é necessário identificar os estados e municípios onde a qualificação dos professores é mais precária para realizar políticas mais focalizadas.

Analisando os dados do SAEB relativos a 8ª série do ensino médio, percebe-se a nora média do Brasil caiu de 2001 a 2003 para matemática e português. Essa queda se deve basicamente à piora no desempenho dos alunos das escolas públicas, já que a nota dos alunos das escolas particulares apresentou aumento.

Educação Superior

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois em 2003 apenas 10,6% dos jovens de 18 a 24 anos cursam o ensino superior. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 34,0%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 25,32% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino fundamental e médio, já que o aluno fica retido desde o início do aprendizado. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos do ensino fundamental e médio associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida será bem aquém do estabelecido pela meta, ou seja, será de 16,4%.

Educação de Jovens e Adultos

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003, constata-se que a taxa de analfabetismo do Brasil permaneceu praticamente estável durante o período, ficando em 2003 no nível de 11,6%. Quando calcula a taxa de analfabetismo por faixa etária, percebe-se que nas idades mais velhas ela é bem maior. Enquanto que no grupo etário de 15 a 19 anos, apenas 2,6% era analfabeta em 2003, para a população de 40 anos ou mais esse percentual era de 19,9%. Tal fato demonstra a necessidade de maior intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que o Brasil necessita de um grau de esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia mais de 30 milhões de pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.

1.2 CENTRO-OESTE

Nessa seção serão comentados os principais resultados da região Centro-Oeste como um todo. Analisando primeiramente o ensino infantil, percebe-se que, de modo geral, as taxas de atendimento da população de 0 a 3 anos são bastante baixas, o que requer um maior esforço de inserção dessas crianças para que a Meta 1 estabelecida pelo PNE seja alcançada.

Já o atendimento da população de 4 a 6 anos se encontra em um nível mais alto, com taxa de atendimento em 2003, calculada pela PNAD, maior que o estabelecido pela meta para 2005, mas menor que a média nacional. Porém, se o ritmo de crescimento histórico dessa taxa for mantido, o Centro-Oeste não alcançará a Meta 1 de 80% em 2010. Nas projeções por estado, apenas o estado do Mato Grosso de Sul e o Distrito Federal conseguirá cumprir essa meta no final da década.

Com relação à qualidade da infra-estrutura das escolas e dos docentes, as escolas dessa região possuem infra-estrutura bem melhor que a média brasileira, porém, destaca-se o baixo percentual de estabelecimentos com sanitários.

Outro ponto que merece destaque é com relação ao atendimento integral. Percebe-se que, na creche, o tempo médio de permanência para a região é maior que para o Brasil, porém o Distrito Federal ainda possui baixa média de permanência nas creches. No caso da pré-escola, o tempo médio é ainda baixo e pouco superior ao do Brasil.

Para o ensino fundamental, o principal problema é com relação às taxas de repetência e evasão. Pois a redução de 50% dessas taxas estabelecida pela Meta 3, dificilmente será alcançada, com exceção das taxas de repetência do estado de Goiás.

Para se atingir essa meta, além de políticas de retenção dos alunos e estímulos a não repetência, a melhora da qualidade da infra-estrutura e do corpo docente também é um fator de extrema importância. No caso da qualidade da infra-estrutura, no geral, os indicadores são próximos da média brasileira, porém, o percentual de alunos atendidos em escolas com laboratório de informática, laboratório de ciência e acesso a Internet ainda são pouco inferiores aos verificados no Brasil. Com relação à formação do corpo docente, a porcentagem de docentes com nível superior é maior que o encontrado para o Brasil, porém, existe um grande diferencial entre as primeiras séries desse nível de ensino e as séries finais.

A maior retenção e evasão dos alunos no ensino fundamental provoca uma maior distorção entre a série cursada e a idade adequada de cursá-la. Dessa forma, muitos jovens que deveriam estar cursando o ensino médio ainda estão no fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos. Tal fato traz dificuldades para o cumprimento da Meta 1 referente ao atendimento do ensino médio, principalmente no que tange ao atendimento de 100% em 2010.

Da mesma forma, a meta referente à diminuição da repetência e evasão (Meta 4) dificilmente será alcançada, com exceção para a repetência em Goiás, se não houver políticas voltadas para o aumento da progressão dos alunos. Essas políticas compreendem principalmente a capacitação dos professores, implantação de ciclos, mecanismos de

avaliação permanente do aluno e incentivos financeiros para a permanência do aluno na escola.

Da mesma forma que no ensino médio, o cumprimento da meta referente à oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos (Meta 1), ficará comprometida devido a retenção dos alunos nos níveis de ensino anteriores. Somado a isso, é grande a porcentagem de alunos que evadem do sistema de ensino após ter concluído o nível médio.

Com relação ao desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), no geral, as notas alcançadas na região Centro-Oeste para língua portuguesa e matemática nas 3ª, 4ª e 8ª séries são maiores que para o Brasil nas escolas públicas e menores nas escolas particulares. Ressalta-se, porém, que o desempenho dos alunos das escolas públicas é pior que o dos alunos das escolares particulares, seguindo a tendência nacional.

1.2.1 MATO GROSSO DO SUL

Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de freqüentar a creche quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 9,5%. Apesar do aumento verificado durante o período de 1998 a 2003, se esse ritmo de crescimento for mantido até 2005 e 2010, esse estado não chegará a atender essa meta em nenhum desses períodos, conforme foi verificado nas projeções da taxa de atendimento para esse grupo etário.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade, os dados da PNAD de 2003 mostram um atendimento maior, de 58,9%. Ressalta-se, porém, que esse nível é menor que a média brasileira que é de 68,4%. A análise da evolução histórica dessa taxa para Mato Grosso do Sul mostra que de 1996 até 2003 ocorreu um aumento significativo. Se a média de crescimento durante esse período (1996-2003) for mantida, a projeção da taxa de atendimento desse grupo etário é mais animador do que do grupo etário anterior, pois se prevê que em 2005 a meta seja cumprida já que a taxa de atendimento deverá chegar em 65,9%. Da mesma forma, as projeções para 2010 também indicam o cumprimento dessa meta, chegando ao patamar de 82,1%.

A análise do atendimento da população alvo da educação infantil, mostra a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade), a fim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto, se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 369 escolas que ofertavam essa modalidade de ensino. Esse quadro é diferente do da pré-escola, onde há um número maior de estabelecimento (880). Cabe ressaltar, que apesar da maioria dos estabelecimentos serem públicos, tanto para creche quanto para a pré-escola, o setor privado detém parte significativa dos estabelecimentos, 39% para creche e 35,77% para a pré-escola. Dessa forma, faz-se necessário uma maior participação do setor público na oferta desse nível de ensino.

Para a maior oferta da educação infantil, principalmente para as crianças mais novas, é necessário um esforço conjunto entre a secretaria estadual e as secretarias municipais, já que a educação infantil é de responsabilidade dos municípios.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções observa-se um crescimento negativo tanto do grupo etário de 0 a 3 anos quanto do de 4 a 6 anos. Em outras palavras, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas

últimas décadas provocarão uma diminuição em números absolutos das crianças, se constituindo, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 0 a 3 anos.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para que as novas escolas já atendam a esse padrão. Para as escolas já existentes alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram que a existência de sanitário se constitui em um dos principais problemas, posto que quase 20% das creches e mais de 30% dos estabelecimentos de pré-escola não possuíam sanitários nesse ano.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e outra meta é a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que na pré-escola a porcentagem de docente com curso médio ainda está bem aquém do percentual estabelecido pela meta, ou seja, de 43%. Para a creche esse percentual é um pouco maior, mas ainda baixo - 63,3%. O mais preocupante, entretanto, é a tendência de queda verificada nos últimos anos. Quanto à porcentagem de docentes com curso superior, observa-se um significativo aumento para esse estado, porém os níveis ainda são baixos – 56% na pré-escola e 33,5% na creche.

Fica evidenciado, portanto, que a expansão da educação infantil no estado do Mato Grosso do Sul deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessárias para expansão de creches, seja apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que o Mato Grosso do Sul está perto de alcançar essa meta na modalidade creche já que o tempo médio de permanência da criança na escola é de 9,2 horas. Já para a pré-escola esse tempo é bem menor, 4,8 horas.

Em síntese pode-se dizer que o aumento progressivo da escola integral para a pré-escola juntamente com o aumento da oferta de creches e melhor capacitação dos professores se constitui no maior desafio da educação infantil para o estado do Mato Grosso do Sul.

Ensino fundamental

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. De maneira geral, os níveis de repetência para esse estado são maiores que para o Brasil. A sua evolução histórica mostra uma tendência de queda para algumas séries e aumento para as outras. A queda ocorreu mais acentuadamente na 1ª e 8ª séries e os aumentos mais acentuados ocorreram na 2ª e 7ª séries.

Quanto à evasão, observa-se que seu nível é próximo ao da média nacional. Verifica-se também que a evasão aumenta com as séries, dessa forma as políticas de diminuição devem ser mais focadas nas últimas séries, com maior atenção para as crianças que estão mais sujeitas a sair da escola, que é a população mais carente. O mais preocupante, entretanto, é a tendência de aumento verificada nos últimos anos paras as séries mais elevadas.

Se essa tendência histórica das taxas de repetência e evasão for mantida, o estado do Mato Grosso do Sul não conseguirá atingir essa meta, conforme demonstra as projeções contidas no documento a seguir. As exceções são as taxas de evasão para as três primeiras séries que devem cair 50% até o final do período.

Com base nesse quadro fica claro que para que essa meta seja cumprida esse estado deve investir em políticas de diminuição da repetência, como políticas de ciclos, classes de aceleração de aprendizado e revisão dos critérios de avaliação dentro de sala de aula, e políticas de diminuição da evasão focalizadas nas séries finais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1 - os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 97,5%. Esse percentual é pouco acima da média nacional. Dessa forma, ainda resta uma parte de crianças de 7 a 14 anos fora da escola. A inclusão dessas crianças no sistema de ensino ainda é, portanto, um desafio para o estado do Mato Grosso do Sul. O primeiro passo é identificar os municípios cujo atendimento ainda é baixo para, dessa forma, realizar políticas mais focalizadas.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 96,1% estudava no ensino fundamental. Esse percentual pouco mais baixo que a taxa de atendimento revela que há um número de crianças nessa faixa etária que ainda estão cursando a educação infantil, ou seja, que estão entrando tardiamente na escola. Segundo dados da PNAD, das crianças de 7 anos que freqüentavam escola, 3,33% ainda estava no ensino infantil. Esse percentual é bastante baixo quando comparado com a média do Brasil e a média da região Centro-Oeste.

A melhora da repetência e evasão também está relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Dessa forma, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino. De acordo com os dados do Censo Escolar, percebe-se que a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino do Mato Grosso do Sul encontra-se próxima da média nacional. Destaca-se negativamente o baixo percentual de matrículas em escolas com laboratório de ciências (11,2%) e de matrículas em escolas com Internet (31,7%).

Com relação à qualificação dos docentes, o estado do Mato Grosso do Sul possuía em 2003 o mais alto percentual de docente com curso superior dentre os estados dessa região (79,2%), acima da média para o Brasil (56,8%) e da média dessa região (61,8%). Ressalta-se, porém, a diferença do percentual de docentes com nível superior entre as séries iniciais e finais. Na primeira metade desse nível de ensino havia em 2003 69,9% dos docentes com qualificação superior, enquanto que na 5ª a 8ª série esse percentual era de 88,7%.

Ensino Médio

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

As taxas de repetência desse estado são ligeiramente maiores que a média nacional. Destaca-se também que a repetência é maior nas primeiras séries desse nível d ensino. A análise histórica dessas taxas no período de 1998 a 2003 mostra que a repetência apresentou uma quase estabilização durante esse período. Nos exercícios de projeção dessas taxas contidos no relatório a seguir, observa-se que, mantida a tendência histórica, as taxas não deverão diminuir, mas, ao contrário apresenta tendência de aumento.

Com relação à evasão, as taxas desse estado também são maiores que a média nacional. Somado a isso, observa-se um pequeno aumento entre o período de 1998 a 2003. Se essa tendência histórica for mantida, esse estado sofrerá aumento nas taxas de evasão para todas as séries, com maior intensidade para a 1ª série.

Dessa forma, pode-se dizer que se não houver políticas mais rigorosas de combate a repetência e evasão esse estado não deverá atingir essa meta.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total de 15 a 17 anos. Observa-se que em 2003 apenas 44% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio, parte deles estavam no ensino fundamental ou na educação de jovens e adultos e o restante se encontravam fora da escola. Para atingir essa meta, é necessário, portanto, um esforço concentrado tanto na melhora das taxas de fluxo – principalmente no fluxo do ensino fundamental – quanto de uma maior inserção desses jovens na escola.

Se não houver esse esforço concentrado, a projeção da taxa de escolarização líquida mostra que, se a tendência histórica for mantida, o estado do Mato Grosso do Sul chegará em 2005 apenas com 47,1% das crianças de 15 a 17 anos cursando o nível médio e em 2010 com 60%, ou seja, não alcançará essa meta em nenhum dos dois períodos.

Outro fato importante é com relação à dinâmica demográfica do grupo etário alvo do ensino médio. Os dados populacionais projetados indicam que ao contrário do que ocorre para a população de 0 a 6 anos de idade, as taxas de crescimento da população de 15 a 17

anos ainda serão positivas até o final dessa década, porém o ritmo de crescimento será menor o que acarretará uma diminuição do peso relativo desses jovens no total da população.

Educação Superior

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois apenas 13,9% dos jovens de 18 a 24 anos em 2003 cursavam o ensino superior. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário nesse mesmo ano é de 29,9%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Esse percentual é bastante expressivo nesse estado, pois apenas 39,85% dos jovens que completam o ensino médio terminam a 1ª série do superior.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos do ensino médio associada a uma política de retenção dos jovens de 18 a 24 anos que já concluíram o ensino médio, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida será bem aquém do desejável, ou seja, será de 22%.

Um fator positivo a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 20 a 24 anos até o final da década, apesar das idades de 18 e 19 anos apresentarem taxas de crescimento positivas, segundo as projeções populacionais. Tal fato é um fator positivo que pode aliviar as pressões desse grupo etário na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem feitas as políticas sugeridas acima.

Educação de Jovens e Adultos

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais do estado do Mato Grosso do Sul foi de 9% em 2003, pouco abaixo da média nacional que foi de 11,6%. Quando se calcula por grupo etário, percebe-se que a maior incidência é na população mais velha, enquanto que para os mais novos a taxa é pouco superior a 1%.

Esse fato demonstra a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo. Apenas para quantificar, em 2003 eram quase 143 mil pessoas acima de 15 anos que precisavam ser alfabetizadas. Sendo que desse total, quase 6 mil tinham a idade de 15 a 24 anos e o restante mais de 25 anos.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que esse estado necessita de um grau de esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia mais de 455 mil pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.

1.2.2 MATO GROSSO

Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de freqüentar a creche quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 7,5%. Apesar do aumento verificado durante o período de 1998 a 2003, se esse ritmo de crescimento for mantido até 2005 e 2010, esse estado não chegará a atender essa meta em nenhum desses períodos, conforme foi verificado nas projeções da taxa de atendimento para esse grupo etário.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade, os dados da PNAD de 2003 mostram um atendimento maior, de 58,7%, a maior entre os estados dessa região, porém, esse nível é menor que a média brasileira que é de 68,4%. A análise da evolução histórica dessa taxa para Mato Grosso mostra um aumento durante o período de 1996 a 2003, mais acentuado no último ano. Apesar desse crescimento, a projeção da taxa de atendimento para esse grupo etário com base na tendência histórica mostra que em 2005 esse estado chegaria ao nível de 57,1% e em 2010 a 66,7%, níveis abaixo dos estabelecidos pela meta.

Esses resultados colocam a necessidade de políticas de inserção das crianças mais novas no sistema de ensino, principalmente as crianças entre 0 e 3 anos, cujos níveis estão bem aquém do estabelecido pela meta. Para tanto, se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 289 escolas que ofertavam essa modalidade de ensino. No caso da pré-escola o número de estabelecimento é bem maior, 1.031.

Para a maior oferta da educação infantil, principalmente para as crianças mais novas, é necessário um esforço conjunto entre a secretaria estadual e as secretarias municipais, já que a educação infantil é de responsabilidade dos municípios.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Ao contrário do que ocorre com outros estados, a taxa de crescimento desse grupo etário não será negativa durante essa década. Dessa forma, não se poderá contar com o bônus demográfico advindo da queda da fecundidade e a expansão de matrículas deverá levar em conta também o crescimento dessa população. Ressalta-se, porém, que as taxas de crescimento são menores que as do passado.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para que as novas escolas já atendam a esse padrão. Para as escolas já existentes alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram que a existência de sanitário se constitui em um dos principais problemas, posto que apenas 50,9% das creches e 27,3% dos estabelecimentos de pré-escola possuíam sanitários nesse ano.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e outra meta é a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que na pré-escola a porcentagem de docente com curso médio ainda está bem aquém do percentual estabelecido pela meta, ou seja, de 59,2%. O percentual de docentes com curso superior ainda é mais baixo, 38,3%. Ressalta-se que no primeiro caso ocorreu diminuição no período entre 1999 a 2003 enquanto que no segundo caso ocorreu aumento. Para a creche o quadro é ainda pior no que tange ao percentual de docentes com curso superior, 27,3%, e pouco melhor para os docentes com nível médio, 63,4%. Porém, nos dois casos ocorreu queda desses percentuais no período analisado.

Fica evidenciado, portanto, que a expansão da educação infantil no estado do Mato Grosso deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessárias para expansão de creches, seja apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que o Mato Grosso está perto de alcançar essa meta na modalidade creche já que o tempo médio de permanência da criança na escola é de 8,5 horas. Já para a pré-escola esse tempo é bem menor, 4,4 horas.

Em síntese pode-se dizer que o aumento progressivo da escola integral para a pré-escola juntamente com o aumento da oferta de creches e melhor capacitação dos professores se constitui no maior desafio da educação infantil para o estado do Mato Grosso.

Ensino fundamental

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. De maneira geral, os níveis de repetência para esse estado são maiores que para o Brasil. A sua evolução histórica mostrou uma acentuada queda na repetência da 1ª série, entre o período de 1998 a 2003. Porém, nas demais séries observou-se um pequeno aumento.

Quanto à evasão, observa-se um grande diferencial para mais, na evasão da 8ª série, ressalta-se, porém, apesar de algumas oscilações, a evasão dessa série foi a que apresentou maior redução no período entre 1999 a 2002, com pequena recuperação no último ano

analisado. Esse padrão de queda entre os anos de 1999 a 2002 e depois aumento, também foi observado nas demais séries, com exceção para a 1ª série, porém de maneira menos acentuada. Apesar da queda mais acentuada para a última série desse nível de ensino, ainda há uma necessidade de maior focalização de políticas de retenção para as séries mais avançadas, com maior atenção para as crianças que estão mais sujeitas a sair da escola, que é a população mais carente.

Se essa tendência histórica das taxas de repetência e evasão for mantida, o estado do Mato Grosso não conseguirá atingir essa meta, conforme demonstra as projeções contidas no documento a seguir. As exceções são a taxa repetência da 1ª série e as taxas de evasão das duas primeiras séries, que devem cair 50% até o final do período.

Com base nesse quadro fica claro que para que essa meta seja cumprida esse estado deve investir em políticas de diminuição da repetência, como políticas de ciclos, classes de aceleração de aprendizado e revisão dos critérios de avaliação dentro de sala de aula, e políticas de diminuição da evasão focalizadas nas séries finais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1 - os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 94,8%, abaixo da média nacional que era de 97,2% e da média da região, 97%. Dessa forma, ainda resta uma parte de crianças de 7 a 14 anos fora da escola. A inclusão dessas crianças no sistema de ensino ainda é, portanto, um desafio para o estado do Mato Grosso. O primeiro passo é identificar os municípios cujo atendimento ainda é baixo para, dessa forma, realizar políticas mais focalizadas.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 94,4% estudava no ensino fundamental. Esse percentual pouco mais baixo que a taxa de atendimento revela que há um número de crianças nessa faixa etária que ainda estão cursando a educação infantil, ou seja, que estão entrando tardiamente na escola. Segundo dados da PNAD, das crianças de 7 anos que freqüentavam escola, 10,50% ainda estava no ensino infantil. Esse percentual é próximo ao da região Centro-Oeste e pouco menor ao do Brasil.

A melhora da repetência e evasão também está relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Dessa forma, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino. De acordo com os dados do Censo Escolar, percebe-se que a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino no Mato Grosso está bem aquém do desejado, sendo o estado com uma das piores infra-estruturas dentre os estados do Centro-Oeste. Em 2003, apenas 50,5% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 19,3% escolas com laboratório de informática, 7,6% com laboratório de ciências, 69,6% com quadras de esportes e 21,3% com Internet.

Com relação à qualificação dos docentes, o estado do Mato Grosso possuía em 2003 o mais alto percentual de professores com o ensino fundamental (completo ou incompleto) sendo de 1,8%. Por outro lado, o percentual de professores com curso superior encontra-se acima da média nacional e da média da região, porém ainda é baixo, sendo de 64,1%. Dois pontos merecem destaque. O primeiro é com relação à evolução durante o período de 1999 a 2003 que mostra significativo crescimento do percentual de professores com curso superior.

Outro ponto refere-esse a diferença do percentual de docentes com nível superior entre as séries iniciais e finais. Na primeira metade desse nível de ensino havia em 2003 50,4% dos docentes com qualificação superior, enquanto que na 5ª a 8ª série esse percentual era de 76,9%.

Ensino Médio

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

As taxas de repetência desse estado são as maiores da região, porém, o mais preocupante é a tendência de alta verificada em todas as séries para os anos entre 2000 a 2003. Destaca-se também que a repetência é maior nas primeiras séries desse nível de ensino. Nos exercícios de projeção dessas taxas contidos no relatório a seguir, observa-se que, mantida a tendência histórica, as taxas não deverão diminuir, mas, ao contrário apresentarão tendência de aumento.

Com relação à evasão, as taxas desse estado também são maiores que a média nacional, destacando-se negativamente a 3ª com 11% de evasão, nível bem acima dos demais estados dessa região e do Brasil (3%). A evolução dessa taxa durante o período de 1998 a 2003 mostra certa instabilidade, com aumento de 1998 a 1999, depois diminuição até 2002 onde volta a apresentar elevação. Todavia, os níveis do período final para a 1ª e 3ª séries ficaram abaixo do nível do período inicial, enquanto que a 2ª série ficou acima. Se a média de crescimento histórico for mantido, esse estado sofrerá aumento nas taxas de evasão para todas as séries, com maior intensidade para a 3ª série.

Dessa forma, pode-se dizer que se não houver políticas mais rigorosas de combate a repetência e evasão esse estado não deverá atingir essa meta.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total de 15 a 17 anos. Observa-se que em 2003 apenas 38,1% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio, parte deles estavam no ensino fundamental ou na educação de jovens e adultos e o restante se encontravam fora da escola. Para atingir essa meta, é necessário, portanto, um esforço concentrado tanto na melhora das taxas de fluxo – principalmente no fluxo do ensino fundamental – quanto de uma maior inserção desses jovens na escola.

Se não houver esse esforço concentrado, a projeção da taxa de escolarização líquida mostra que, apesar do crescimento verificado entre 1996 a 2003, se a tendência histórica for mantida, o estado do Mato Grosso chegaria em 2005 apenas com 46,6% das crianças de 15 a 17 anos cursando o nível médio e em 2010 com 63,2%, ou seja, não alcançará essa meta em nenhum dos dois períodos.

Outro fato importante é com relação à dinâmica demográfica do grupo etário alvo do ensino médio. Os dados populacionais projetados indicam que ao contrário do que ocorre para a população de 0 a 6 anos de idade, as taxas de crescimento da população de 15 a 17 anos ainda serão positivas até o final dessa década, porém a ritmos menores com diminuição do peso relativo desses jovens no total da população.

Educação Superior

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Com os dados da PNAD de 1998 a 2003 percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois apenas 8,1% dos jovens de 18 a 24 anos em 2003 cursavam o ensino superior, sendo a menor taxa dentre os estados do Centro-Oeste. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário nesse mesmo ano é de 25,9%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Esse percentual é bastante expressivo nesse estado, pois apenas 37,64% dos jovens que completam o ensino médio terminam a 1ª série do superior.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos do ensino médio associada a uma política de retenção dos jovens de 18 a 24 anos que já concluíram o ensino médio, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida será bem aquém do desejável, ou seja, será de 10,7%.

Um fator positivo a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em uma diminuição da proporção de pessoas dessa faixa etária principalmente depois de 2007. Tal fato é um fator positivo que pode aliviar as pressões desse grupo etário na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem feitas às políticas sugeridas acima.

Educação de Jovens e Adultos

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais do estado do Mato Grosso foi de 10,2% em 2003, pouco abaixo da média nacional que foi de 11,6%. Quando se calcula por grupo etário, percebe-se que a maior incidência é na população mais velha, enquanto que para os mais novos a taxa é pouco superior a 1%.

Esse fato demonstra a necessidade de intervenção nas idades mais velhas para a erradicação do analfabetismo. Apenas para quantificar, em 2003 eram quase 189 mil pessoas acima de 15 anos que precisavam ser alfabetizadas. Sendo que desse total, cerca de 10 mil tinham a idade de 15 a 24 anos e o restante mais de 25 anos.

1.2.3 GOIÁS

Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de cursar a creche, quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 5,4%, sendo o estado com menor taxa dentre os estados dessa região. Somado a isso, observa-se uma quase estagnação dessa taxa durante o período de 1999 a 2003, com exceção do pico verificado em 1999. Essa estagnação se reflete na projeção dessa taxa, pois, em 2005, esse estado alcançaria apenas o nível de 6,3% de atendimento e em 2010 a taxa projetada chegaria a apenas 7,8%. Esses valores estão bem abaixo da meta estabelecida para essa faixa etária, indicando que se não houver uma política intensa de inserção das crianças de 0 a 3 anos na escola esse estado jamais alcançará essa meta.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade, a situação é um pouco mais tranqüila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário era de 58,1%. Esse nível é próximo da meta de 60% em 2005 estabelecida pelo PNE. Quando se projeta essa taxa levando em consideração a tendência histórica de crescimento durante os anos de 1998 a 2003, observa-se que em 2005, essa taxa chegaria ao patamar de 58,2% e em 2010 a 64,8%, níveis abaixo do estabelecido pela meta.

Cabe ressaltar que Goiás destaca-se negativamente com relação ao atendimento do ensino infantil, pois, juntamente com o Mato Grosso, são os únicos estados dessa região que não alcançarão a meta estabelecida pelo PNE para as duas faixas etárias.

Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de focalização no atendimento nas crianças, a fim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto, se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem esse nível de ensino, principalmente os estabelecimento que ofertam creche, já que em 2003 havia apenas 642, enquanto que na pré-escola eram 2.106. Ressalta-se que a maioria dos estabelecimentos que ofertam creche pertence ao setor privado (50,8%). Já para a pré-escola, a maioria dos estabelecimentos é municipal, porém, há também grande concentração de escolas particulares (41,5%). A alta participação do setor privado na oferta desse nível de ensino prejudica as famílias carentes, já que são as que não possuem condições de pagarem estabelecimentos particulares. Somado a isso, tal fato demonstra a necessidade de um planejamento conjunto entre estado e municípios para a ampliação do número de creches, já que cabe aos municípios a sua oferta.

Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que a primeira é maior, no entanto, o número de estabelecimentos de pré-escolas é muito superior ao número de creches. Fica assim evidenciado, que o número de creches não faz frente ao número de crianças a serem atendidas.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções, que estão a seguir no relatório, observa-se a diminuição relativa tanto do grupo etário de 0 a 3 anos quanto de 4 a 6 anos. Em outras palavras, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão uma diminuição do peso relativo das crianças, constituindo-se, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 0 a 3 anos.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para as novas escolas. Para as escolas já existentes, alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram que a inexistência de sanitário se constitui em um dos principais problemas, posto que o percentual de escolas que o possui é bastante baixo nas duas modalidades, principalmente na pré-escola, abaixo inclusive da média da região Centro-Oeste.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 revelam que o nível de docentes com nível médio em Goiás era de 65,1% nas creches e 66,7% na pré-escola. Tal fato indica que essa meta dificilmente será alcançada em 2005, até porque esse percentual vem apresentado queda durante o período de 1998 a 2003 na pré-escola.

Mais preocupante, porém, é o baixo percentual de docentes com curso superior. Em 2003 esse percentual era de 21,2% nas creches e 30,2% na pré-escola. Pode-se dizer, portanto, que para alcançar a meta dos 70% de professores com curso superior, esse estado precisa de um investimento alto na capacitação dos seus professores.

Dessa forma, a expansão da educação infantil no estado de Goiás deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente, capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessária para expansão de creches, seja apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento em período integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que as creches estão mais próximas de atingir essa meta que a pré-escola, já que a primeira possui um tempo médio de permanência de 8,8, enquanto a última de 4,6.

Em síntese pode-se dizer que o aumento da oferta de creches e pré-escola, melhor capacitação dos professores, melhor infra-estrutura e aumento do tempo de permanência na pré-escola se constituem no maior desafio da educação infantil para o estado de Goiás.

Ensino fundamental

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. A análise dos dados de repetência mostra que no período 1998-2003 Goiás apresentou uma significativa redução nessas taxas, principalmente na primeira série do ensino fundamental.

Com relação à evasão, a trajetória histórica mostra que nas primeiras séries os níveis praticamente não se alteraram durante os anos de 1998 a 2003, porém, as séries finais além de possuírem os maiores níveis, apresentaram aumentos durante o período analisado. Dessa forma, as políticas de diminuição da evasão têm que ser focalizadas nas séries finais, com maior atenção para as crianças que estão mais sujeitas a sair da escola - as mais carentes.

No exercício de projeção contido a seguir no relatório, observa-se que, se a tendência histórica for mantida, esse estado poderá alcançar a redução de 50% da repetência em praticamente todas as séries, com exceção da 5ª série. Já no caso da evasão, a meta não deverá ser cumprida, ocorrendo inclusive aumentos nas últimas séries.

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir a evasão e a repetência da 5ª série. No caso da repetência, as políticas para a sua redução consistem principalmente na implantação de ciclos e classes de aceleração, juntamente com investimentos em formação de professores e mecanismos de acompanhamento permanente do aprendizado do aluno. Para a diminuição da evasão, um dos caminhos seria a também a melhoria da qualidade das escolas, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente.

Como já mencionado, a melhora da repetência e evasão está fortemente relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Dessa forma, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino. De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino em Goiás tem melhorado, porém ainda é precária. Em 2003, tem-se que 56% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 22,8% escolas com laboratório de informática, 10,9% com laboratório de ciências, 43,5% com quadras de esportes e 13,0% com Internet. Além de Goiás apresentar percentuais baixos do que a média do Centro-Oeste, no caso dos dois últimos itens são os mais baixos dentre os estados dessa região.

Com relação à qualificação dos docentes, Goiás também apresentou significativo aumento de professores com curso superior, porém seu percentual em 2003 ainda era o mais baixo dentre os estados da sua região (48,9%). Ressalta-se também, que nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 37,4% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª séries esse percentual era de 58,1%. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes, focalizadas principalmente nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1, os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 97,7% em Goiás, pouco acima da média nacional que era de 97,2%, e da média do Centro-Oeste (97%). Apesar do alto atendimento, ressalta-se a necessidade de uma avaliação municipal para detectar possíveis desigualdades entre os municípios.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 94,3% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando o ensino infantil. Em 2003, das crianças de 7 anos que freqüentavam a escola, 14,08% estavam na educação infantil. Esse dado sugere que as crianças então entrando tardiamente no sistema de ensino, sendo, portanto, necessários incentivos para que a criança entre na idade correta no sistema de ensino.

Ensino Médio

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica das taxas de repetência do estado no período de 1998 a 2003 mostra que a repetência apresentou diminuição em todas as séries, porém mais acentuada na 1ª série. Ressalta-se que as taxas de repetência em Goiás são mais baixas que as dos demais estados dessa região. Já a evasão, apresentou aumento durante o período de 1998 a 2003 em todas as séries, porém esse aumento foi mais acentuado nas duas primeiras séries, de tal forma que elas representam um dos mais altos níveis dentre os estados dessa região.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas, contidas no relatório a seguir, mostra que no caso da repetência a meta deverá ser cumprida. Por outro lado, as taxas de evasão não deverão diminuir no ritmo de 5% ao ano, ao contrário, deverão aumentar. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaboração de políticas de retenção dos alunos no ensino médio, principalmente nas duas primeiras séries. No cerne dessas políticas encontra-se a melhoria da qualidade das escolas, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente, já que é a que possui maior probabilidade de sair da escola.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total nessa faixa etária. Observa-se que em 2003, apenas 43,0% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio. Como a taxa de atendimento desse grupo etário era de 83,3% nesse mesmo ano, pode-se perceber que grande parte desses jovens estava retida no ensino fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos.

Se não houver uma política de melhora dos fluxos no ensino fundamental esse estado alcançará a Meta 1 apenas no primeiro. Esse fato é demonstrado na projeção da taxa de

escolarização líquida que está a seguir. Apesar do crescimento verificado entre 1998 e 2003, se o ritmo histórico for mantido, o estado de Goiás chegará em 2005 com 50,7% dos jovens de 15 a 17 anos freqüentando o ensino médio – pouco acima do nível estabelecido pela meta -, e em 2010 com 70,4% - nível bem inferior ao estabelecido pela meta.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que os jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliada a políticas que retenha esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio no estado possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental, porém ainda são precárias, quando comparadas com as dos demais estados dessa região, principalmente com relação à porcentagem de alunos atendidos com laboratório de informática (28,7%), quadras de esporte (69,4%) e acesso a Internet (20,4%), sendo esse último bem abaixo da média nacional (57,4%). Ressalta-se, também, que há um diferencial de qualidade entre as diferentes categorias administrativas. Dentro os estabelecimentos públicos, os municipais são os que possuem pior infra-estrutura enquanto os estaduais possuem a melhor.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, consta que em Goiás 66,9% professores de ensino médio possuem nível superior, sendo abaixo, portanto, dos demais estados dessa região.

Educação Superior

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Através dos dados da PNAD de 1998 a 2003, percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois apenas 11,7% dos jovens de 18 a 24 anos cursam o ensino superior em 2003. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 34,8%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 40,43% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino médio e fundamental, ou seja, muitos jovens ainda estão cursando o ensino médio devido a grande distorção idade/série proveniente do atraso escolar desde o fundamental. A outra

questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos dos ensinos médio e fundamental, associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida do ensino superior será bem aquém do estabelecido pela meta - 21,1%.

Um fator positivo a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década, o que poderá aliviar as pressões desse grupo etário na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem realizadas as políticas sugeridas acima.

Educação de Jovens e Adultos

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais do estado de Goiás era de 11,3% em 2003 – o mais alto índice da região Centro-Oeste. Quando se calcula por grupo etário, percebe-se que a maioria dos analfabetos encontram-se na idade acima de 35 anos.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa-se que esse estado necessita de um grau de esforço significativo para atingir essa meta. Segundo os dados da PNAD de 2003, havia mais de 913 mil pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola.

1.2.4 DISTRITO FEDERAL

Educação infantil

Uma das metas da educação infantil (Meta 1) é com relação à ampliação da sua oferta tanto para a população de 0 a 3 anos, que é a faixa etária adequada de cursar a creche, quanto da população de 4 a 6 anos, população alvo da pré-escola.

Com relação à população de 0 a 3 anos, a meta estabelece que 30% dela seja atendida até 2005 e 50% até 2010. Para a população de 4 a 6 anos a meta é de que a taxa de atendimento chegue a 60% em 2005 e a 80% em 2010.

Através da análise da taxa de atendimento dessas duas faixas etárias, percebe-se que há uma necessidade de um esforço concentrado para a população de 0 a 3 anos, pois em 2003 essa taxa era de apenas 11,5%. Cabe ressaltar que o Distrito Federal apresenta a maior taxa dentre os estados dessa região, porém ela encontra-se estagnada desde o ano de 2001. Essa estagnação se reflete na projeção dessa taxa, pois em 2005 o Distrito Federal alcançaria apenas o nível de 13,1% de atendimento e em 2010 a taxa projetada chegaria a 15,6%. Esses valores estão bem abaixo da meta estabelecida para essa faixa etária, indicando que se não houver uma política intensa de inserção das crianças de 0 a 3 anos na escola o Distrito Federal jamais alcançará essa meta.

No caso da população de 4 a 6 anos de idade a situação é mais tranqüila, pois em 2003 o atendimento desse grupo etário era de 63,3%, pouco acima, portanto, da meta de 60% em 2005 estabelecida pelo PNE. A atenção se volta, portanto, para se alcançar os 80% de atendimento em 2010. De acordo com as projeções, mantida a tendência histórica de crescimento, o Distrito Federal chegaria a 80,5% de atendimento dessa faixa etária, ou seja, alcançaria a meta estabelecida pelo PNE.

A análise do atendimento da população alvo da educação infantil, mostra a necessidade de focalização no atendimento nas crianças mais novas (0 a 3 anos de idade), a fim de aumentar a inserção delas no sistema de ensino. Para tanto, se faz necessário um aumento de estabelecimentos que ofertem creche, já que em 2003 havia apenas 293 escolas que ofertavam creche. Sendo que a maior parte era particular (96,6%). Esse quadro é diferente da pré-escola, onde há um número maior de estabelecimento (680) e pouco mais da metade pertencentes ao setor privado (50,7%) e o restante estadual (49,3%). Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que o primeiro é bem maior, ficando claro, portanto, que o número de creches não faz frente ao número de crianças de 0 a 3 anos existentes no estado.

Quando se compara o tamanho da população de 0 a 3 anos com o de 4 a 6 anos, percebe-se que a primeira é maior, no entanto, o número de estabelecimentos de pré-escolas é muito superior ao número de creches. Fica assim evidenciado, que o número de creches não faz frente ao número de crianças a serem atendidas.

Um fato importante que pode auxiliar na estratégia de expansão das matrículas é com relação ao crescimento dos grupos etários alvo da educação infantil. Através das projeções, que estão a seguir no relatório, observa-se a diminuição relativa tanto do grupo etário de 0 a

3 anos quanto de 4 a 6 anos. Em outras palavras, pode-se dizer que as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas provocarão uma diminuição do peso relativo das crianças, constituindo-se, portanto, em um fator positivo para a expansão das matrículas, principalmente do grupo etário de 0 a 3 anos.

Visto que o aumento de creches é necessário, outro ponto que merece atenção por parte dos formuladores de políticas é a qualidade da infra-estrutura e dos docentes das escolas que serão criadas e das já existentes.

Dessa forma, é necessária a elaboração de um padrão mínimo de infra-estrutura para as novas escolas. Para as escolas já existentes, alguns dados extraídos do Censo Escolar de 2003 mostram que as creches possuem boa infra-estrutura enquanto que nos estabelecimentos que oferecem pré-escola a inexistência de sanitário se constitui no maior problema, posto que o percentual de escolas que o possui é de apenas 96,2%. Tal fato demonstra a melhor qualidade da infra-estrutura das escolas particulares, já que quase a totalidade das creches é particular.

Com relação à formação de docente que atuam nesse nível de ensino, uma das metas (Meta 5) é a habilitação específica de nível médio para todos os professores até 2005 e a formação em nível superior de 70% dos professores até 2010. Os dados do Censo Escolar de 2003 revelam que o nível de docentes com nível médio no Distrito Federal era de 59,1% nas creches e 77,6% na pré-escola. Tal fato indica que essa meta dificilmente será alcançada em 2005, até porque esse percentual vem apresentado queda durante o período de 1998 a 2003.

Mais preocupante, porém, é o baixo percentual de docentes com curso superior. Em 2003 esse percentual era de 19,9% nas creches – o mais nível dentre os estados dessa região - e 40,3% na pré-escola. Pode-se dizer, portanto, que para alcançar a meta dos 70% de professores com curso superior, o Distrito Federal precisa de um investimento alto na capacitação dos seus professores.

Dessa forma, a expansão da educação infantil no Distrito Federal deve ser acompanhada de uma política de capacitação dos professores já em exercício, principalmente, capacitação em nível superior, e que as novas contratações, necessária para expansão de creches, seja apenas de profissionais com qualificação superior.

Outro ponto importante é o atendimento integral da população de 0 a 6 anos que também se constitui em uma das metas do PNE. Os dados de 2003 mostram que o Distrito Federal está longe de alcançar essa meta, pois o tempo médio de permanecia das crianças nas creches é de 5,8 horas enquanto que na pré-escola é de 4,8 horas.

Em síntese pode-se dizer que o aumento da oferta de creches, melhor capacitação dos professores, e aumento do tempo de permanência no ensino infantil se constituem no maior desafio da educação infantil para o Distrito Federal.

Ensino fundamental

A Meta 3 do PNE prevê a redução de 50% das taxas de repetência e evasão no período de cinco anos. A análise dos dados de repetência mostra que no período 1998-2003 o Distrito Federal apresentou grandes oscilações em todas as séries, chegando no último ano com valores superiores para todas as séries exceto a 1ª série. Destaca-se também que nas primeiras séries o Distrito Federal apresenta taxas menores que a média brasileira e demais estados da região Centro-Oeste.

Com relação à evasão, a trajetória histórica durante os anos de 1998 a 2003 mostra que nas primeiras séries o nível praticamente não alterou, porém, as séries finais apresentaram aumentos. Dessa forma, as políticas de diminuição da evasão têm que ser focalizadas nas séries finais, com maior atenção para as crianças que estão mais sujeitas a sair da escola - as mais carentes.

No exercício de projeção contido no relatório a seguir, observa-se que se essa tendência histórica das taxas de repetência e evasão for mantida, o Distrito Federal não conseguirá atingir essa meta. Com base nessas projeções também ficou evidenciado que a evasão, principalmente nas séries finais, merece especial atenção por parte dos formuladores de políticas.

Dessa forma, faz-se necessário e com urgência a elaboração de políticas que possam diminuir a evasão e a repetência. No caso da repetência, as políticas para a sua redução consistem principalmente na implantação de ciclos e classes de aceleração, juntamente com investimentos em formação de professores e mecanismos de acompanhamento permanente do aprendizado do aluno. Para a diminuição da evasão, um dos caminhos seria a também a melhoria da qualidade das escolas, juntamente com incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente.

Como já mencionado, a melhora da repetência e evasão está fortemente relacionada com a melhora da qualidade do sistema de ensino. Dessa forma, investimentos na infra-estrutura e qualificação dos docentes também fazem parte da pauta de prioridades desse nível de ensino. De acordo com os dados do Censo Escolar, a infra-estrutura das escolas desse nível de ensino no Distrito Federal é bem superior que os demais estados dessa região e melhor também que a média brasileira. Em 2003, tem-se que 71,64% dos alunos cursavam escolas com bibliotecas, 35,46% escolas com laboratório de informática, 38,34% com laboratório de ciências, 33,90% com quadras de esportes e 68,15% com Internet.

Com relação à qualificação dos docentes, o Distrito Federal possui 72,6% de docentes com curso superior. Apesar desse percentual ser o segundo maior da região Centro-Oeste, ele encontra-se estagnado durante o período de 1998 a 2003. Ressalta-se, contudo, que nas séries iniciais a situação é bem mais precária que nas finais, pois apenas 48,5% das funções docentes são de profissionais com curso superior, enquanto que para a 5ª a 8ª séries esse percentual era de 94,9% em 2003. Dessa forma, esse quadro coloca a necessidade de políticas para a qualificação dos docentes focalizadas nas séries iniciais.

Com relação à universalização do atendimento de toda clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola – Meta 1,

os dados da PNAD demonstram que em 2003 a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 98,0% no Distrito Federal, pouco acima da média nacional que era de 97,2%, e da média do Centro-Oeste (97%). Apesar do alto atendimento, ressalta-se a necessidade de uma avaliação municipal para detectar possíveis desigualdades entre os municípios.

Do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, 93,5% estudava no ensino fundamental. A diferença entre essa taxa e a taxa de atendimento mostra que há uma quantidade de pessoas nessa faixa etária cursando o ensino infantil. Em 2003, das crianças de 7 anos que freqüentavam a escola, 16,258% estavam na educação infantil, sendo o percentual mais alto dessa região. Esse dado sugere que as crianças então entrando tardiamente no sistema de ensino, sendo, portanto, necessários incentivos para que a criança entre na idade correta no sistema de ensino.

Ensino Médio

A Meta 4 do PNE estabelece a redução de 5% ao ano da repetência e evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio de conclusão desse nível de ensino.

A análise histórica das taxas de repetência do Distrito Federal no período de 1998 a 2003 mostra que a repetência apresentou pequena elevação em todas as séries. Ressalta-se que as taxas de repetência no Distrito Federal são as segundas mais altas dessa região. No caso da evasão, a trajetória entre os anos de 1998 a 2003 apresentou pequeno aumento até 2002, e depois pequena queda.

Se essa tendência histórica for mantida, as projeções dessas taxas, contidas no relatório a seguir, mostra que o distrito federal não conseguirá reduzir as taxas de repetência e evasão, pelo contrário, a tendência é de aumento. Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de elaboração de políticas de retenção dos alunos no ensino médio aliada à diminuição da repetência. No cerne dessas políticas encontra-se a melhoria da qualidade das escolas, políticas de ciclo também no ensino médio, com acompanhamento de aprendizado, incentivos de permanência no sistema de ensino, como bolsas e outros incentivos financeiros para a população mais carente, já que é a que possui maior probabilidade de sair da escola.

O maior esforço de diminuição da repetência e evasão vai de encontro também com a Meta 1 do PNE que prevê o oferecimento de vagas de 50% da demanda até 2005 e 100% da demanda até 2010. A demanda nesse caso é entendida como a população de 15 a 17 anos. Dessa forma, o melhor indicador para apurar essa meta é a taxa de escolarização líquida, que é dada pela razão entre a população de 15 a 17 anos que estudam no ensino médio e a população total nessa faixa etária. Observa-se que em 2003, apenas 54,9% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio. Como a taxa de atendimento desse grupo etário era de 87,1% nesse mesmo ano, pode-se perceber que grande parte desses jovens estava retida no ensino fundamental ou cursando a educação de jovens e adultos.

Se não houver uma política de melhora dos fluxos no ensino fundamental esse estado alcançará a Meta 1 apenas no primeiro. Esse fato é demonstrado na projeção da taxa de escolarização líquida que está na segunda parte desse relatório. Apesar do crescimento verificado entre 1998 e 2003, se o ritmo histórico for mantido, o Distrito Federal chegará em

2005 com 57,6% dos jovens de 15 a 17 anos freqüentando o ensino médio, acima, portanto do nível estabelecido pela meta, e em 2010 com 73,0% - nível inferior ao estabelecido pela meta.

Fica evidenciado, portanto, a necessidade de políticas de melhoria dos fluxos no ensino fundamental, para que os jovens de 15 a 17 anos consigam chegar no nível médio na idade adequada, aliada a políticas que retenha esses jovens na escola.

Como já comentado anteriormente, a qualidade dos estabelecimentos tem papel fundamental nessas políticas. Escolas com melhor infra-estrutura e com professores mais preparados produzem melhores resultados tanto no desempenho dos alunos, diminuindo a repetência, quanto no estímulo a sua permanência no sistema de ensino.

Os dados do Censo Escolar de 2003 mostram que as escolas de nível médio no Distrito Federal possuem melhor infra-estrutura que as do fundamental, além de serem mais bem equipadas que os demais estados dessa região. Ressalta-se, porém, que há um diferencial de qualidade entre as diferentes categorias administrativas. Dentro os estabelecimentos públicos, os municipais são os que possuem pior infra-estrutura enquanto os estaduais possuem a melhor.

Com relação à qualidade do corpo docente que atua nesse nível de ensino, o Distrito Federal também possuía em 2003 o maior percentual de professores com curso superior (98,1%), sendo inclusive maior que a média nacional (90,2%).

Educação Superior

Uma das metas para esse nível de ensino é a oferta da educação superior para pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2010. Da mesma forma que no ensino médio, a melhor forma de avaliar o cumprimento dessa meta é através da taxa de escolarização líquida para esse grupo etário. Através dos dados da PNAD de 1998 a 2003, percebe-se que a taxa de escolarização líquida desse grupo etário está bastante aquém do desejável, pois apenas 17,3% dos jovens de 18 a 24 anos cursam o ensino superior em 2003. Por outro lado, a taxa de atendimento desse grupo etário para esse mesmo ano é de 38,9%. O diferencial dessas duas taxas indica que há uma parte considerável dos jovens de 18 a 24 anos ainda cursando o ensino médio ou a educação de jovens e adultos.

Outra questão que merece destaque nessa análise é a evasão dos jovens que concluem o ensino médio. Através da análise da probabilidade de progressão por série, percebe-se que em 2003 apenas cerca de 44,61% dos jovens que acabam o ensino médio, conseguem acabar a 1ª série da educação superior.

Dessa forma, pode-se dizer que para se alcançar essa meta terá que haver uma ação conjunta para atingir vários problemas. Um seria com relação à melhora do fluxo do ensino médio e fundamental, ou seja, muitos jovens ainda estão cursando o ensino médio devido a grande distorção idade/série proveniente do atraso escolar desde o fundamental. A outra questão é com relação aos jovens que evadem do sistema de ensino após ter completado o ensino médio.

Fica evidenciado, portanto, que se não houver uma política de melhora dos fluxos dos ensinos médio e fundamental, associada a uma política de retenção desses jovens na educação superior, essa meta dificilmente será alcançada. Tal fato é comprovado através das projeções que mostram que se a tendência histórica for mantida, em 2010 a taxa de escolarização líquida do ensino superior será bem aquém do estabelecido pela meta - 27,1%.

Um fator positivo a ser destacado, é que a dinâmica demográfica desse estado, resultará em crescimentos negativos para a faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década, o que poderá aliviar as pressões desse grupo etário na demanda por educação superior. Porém, esse bônus demográfico não terá nenhum efeito no aumento do atendimento dessa população, se não forem realizadas as políticas sugeridas acima.

Educação de Jovens e Adultos

A Meta 1 do PNE para a Educação de Jovens e Adultos se refere a erradicação do analfabetismo até 2010. A taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais do Distrito Federal era de 5,7% em 2003 – o mais baixo índice da região Centro-Oeste. Quando se calcula por grupo etário, percebe-se que a maioria dos analfabetos encontra-se na idade acima de 35 anos.

Com relação à Meta 2 que prevê a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às 4 séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade, observa, com os dados da PNAD de 2003, que havia em 2003 mais de 171 mil pessoas nessa faixa etária que possuíam até três anos de estudo e não freqüentavam a escola, esse percentual consiste em 10,68% da população de 15 anos e mais.